

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 947 - de 9 a 30 de maio de 2025

PARA O DIRETÓRIO NACIONAL



**CHAPA 210
VIRAR À
ESQUERDA!**

**PARA PRESIDENTE DO PT
130 - RUI FALCÃO**



págs. 4 e 5

BASTA DE CHACINA E VIOLÊNCIA POLICIAL!



FEDERALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES DAS CHACINAS
do Cabula, Jacarezinho e Operação Escudo

TRAVESSA LUIGI SABBATTINI, 157, VILA HEBE, BRASILÂNDIA

17 MAI 15HS

“ACREDITO NA JUSTIÇA DAQUELES QUE LUTAM”

CAMPANHA DE ASSINATURAS

47 ANOS DO JORNAL O TRABALHO
pág. 7

NACIONAL

PEJOTIZAÇÃO NO STF, GRAVE AMEAÇA AOS DIREITOS
pág. 9

INTERNACIONAL

CONFERÊNCIA PELO DIREITO À MIGRAÇÃO CONVOCADA NO MÉXICO
pág. 11

“Eles precisaram deixar suas casas por conta da ocupação e fugir para a Síria”

Entrevista com Lara Pergoraro, da Rede Nacional de Estudantes em Apoio à Palestina



↳ Coleta de assinaturas da RNEAP na UNIFESP, Campus Guarulhos.

O jornal O Trabalho entrevistou Lara Pegoraro, estudante da UNIFESP - Universidade Federal do Estado de São Paulo e membro da coordenação nacional da RNEAP - Rede Nacional de Estudantes em Apoio à Palestina. A RNEAP lançou um manifesto exigindo do governo Lula o rompimento de relações acadêmicas, diplomáticas e comerciais com Israel. Na última semana, a RNEAP decidiu por fazer a entrega das assinaturas coletadas ao manifesto no próximo mês, em junho. Uma comissão de estudantes, da qual Lara faz parte, foi montada para fazer a entrega no gabinete presidencial, em São Paulo. Até lá, a campanha de coleta de assinaturas segue com atividades em universidades.

OT: Porque você decidiu fazer parte da RNEAP?

Lara: Eu sempre quis fazer parte da luta, desde meus doze anos. Nunca teve uma causa específica, queria lutar contra toda forma de opressão. No ano passado, eu fiz parte do comitê contra a privatização da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), privatizada no ano passado pelo governo Tarcísio. Foi nesse comitê que um companheiro me apresentou a RNEAP - Rede Nacional de Estudantes em Apoio à Palestina. Eu acompanhava o que estava acontecendo na Palestina, mas não participava de nenhuma iniciativa até então. Decidi fazer parte da Rede para tentar fazer alguma coisa.

OT: Que iniciativas você tem ajudado a organizar através da RNEAP?

Lara: Através da RNEAP a gente tem organizado atividades públicas. Ano passado fizemos uma palestra sobre a questão palestina na UNIFESP e agora estamos organizando outra, trazendo pessoas para falar. Convidamos um professor de origem judaica e uma professora muçulmana para a mesa de debate. São pessoas de etnias e/ou religiões diferentes que formam a identidade palestina, para apresentar uma perspectiva de diferentes origens sobre o conflito e o caráter do Estado de Israel, um Estado que nada tem a ver com o povo judeu. Tem muito estudante que não sabe o que acontece na Palestina, acha que é uma guerra ou uma disputa religiosa. As atividades da RNEAP ajudam a explicar. Espero que essa possa ajudar a conscientizar mais estudantes que ainda não entendem o que está acontecendo.

OT: Qual a importância da exigência feita no manifesto da RNEAP para a luta em solidariedade ao povo palestino no Brasil?

Lara: O manifesto da RNEAP é para pressionar o governo a romper relações com Israel. Israel não é um Estado legítimo. E eu falo isso, não é porque eu estudei isso na faculdade ou li em algum lugar. Eu falo isso a partir da realidade. Meu noivo é sírio, mas tem nacionalidade palestina. Na Síria não é como no



Brasil que você tem a nacionalidade porque nasce no território. Apesar de ele ter nascido no território da Síria, ele é considerado palestino, porque toda a família dele é de origem palestina. Com muita frequência eu ouço as histórias dele e da família. Eles precisaram

deixar suas casas e suas vidas na Palestina por conta da ocupação israelense e fugir para a Síria. Uma das histórias que já ouvi da minha cunhada foi sobre um dia em que ela e sua família foram até a fronteira entre a Síria e a Palestina. Tem uma época específica do ano em que muitos palestinos refugiados na Síria vão à fronteira e gritam para amigos e familiares na Palestina o quanto sentem saudades. Em um desses dias, aproveitando que os soldados israelenses não estavam lá, as pessoas pularam as grades das fronteiras para poder abraçar seus entes queridos. Pouco tempo depois, um carro da guarda israelense chegou atirando. Alguns conseguiram pular a grade novamente e fugir. Mas muitos outros não conseguiram. Eu convivo com pessoas que viveram isso. A terra não é deles, a terra é do povo palestino. Romper relações com Israel pode ser um passo difícil para o governo, mas é necessário. Esse Estado não pode continuar, porque ele é genocida! Nosso país foi construído em cima de sangue e colonização, às custas da matança dos indígenas. Na Palestina é isso que acontece e nós não podemos tolerar mais.

Campanha Dr. Abu Safiya

Liberdade para o Dr. Abu Safiya!

O genocídio do povo palestino segue na faixa de Gaza e Cisjordânia e o Estado sionista assassino de Israel mantém preso sob tortura milhares de inocentes. A destruição de todos os meios de sobrevivência do povo palestino abrangeu, também, sua estrutura de saúde e seus trabalhadores da área, e desde dezembro o Dr. Abu Safiya continua preso nos porões de Israel.

A campanha pela sua libertação traz uma nova etapa de adesão de personalidades diversas, e foi iniciada pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp). O clamor pela sua libertação continua com mensagem em vídeo de seu filho Elyas no fim de abril, que solicita que as iniciativas e campanhas humanitárias se multipliquem, visto o prolongamento por mais seis meses de

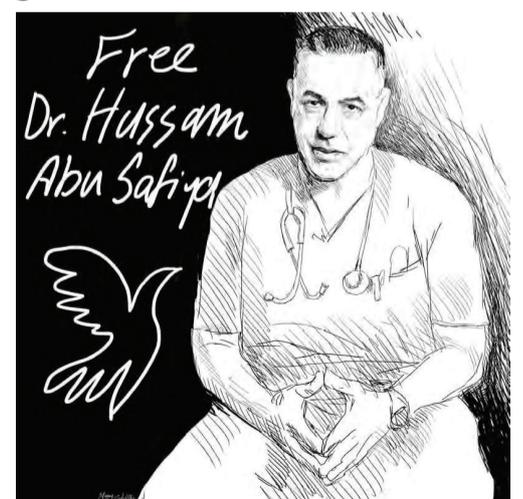
sua detenção arbitrária.

"Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos e profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram e apoiaram o caso do meu pai, bem como à equipe médica detida nas prisões israelenses. Agradeço também a todos os envolvidos no mundo todo, especialmente às organizações médicas e de saúde, aos médicos e enfermeiros, assim como a todos os sindicatos, organizações humanitárias e organizações de direitos humanos no mundo todo. Esperamos que essas iniciativas e campanhas humanitárias se multipliquem" disse Elyas.

A campanha continua com o propósito da entrega ao governo do apelo das entidades e personalidades pela sua libertação. São mais de expressivos 500 nomes de personalidades que

estão na lista após diversas entidades de trabalhadores e seus representantes já terem assinado, entre eles:

Tata Amaral (cineasta); Breno Altman (jornalista); Rodrigo Navaes (prof. e historiador da Arte); Dr. Olímpio Barbosa M. Filho (prof. UFPE e diretor da FEBRASGO); Dr. Ubiratan de Paula Santos (FMUSP); João Gabriel G. Buonavita (presidente Sindsep-SP); Dr. Humberto Costa (senador PT); Dr. Henrique Fontana (secretário-geral PT); Dep. Fed. Rui Falcão (candidato a presidente do PT); Markus Sokol (Executiva PT); Romenio Pereira (secretário R.I. PT); Valério Acary (IFSP/PSOL); Francisco FootHardman (Prof. Unicamp); Dep. Est. Betão Cupolillo (PT-MG); entre outros.



Para acessar a lista e aderir ao manifesto: <https://tinyurl.com/LiberdadeDrAbu>.

A trincheira é a da classe trabalhadora

Os jornalões da mídia burguesa estamparam, em matérias e editoriais nas últimas semanas, sua ojeriza ao povo. Primeiro um frenesi de ataques ao salário-mínimo, chamando a velha “responsabilidade” ... com os bolsos dos patrões! Isso em consonância à proposta, em meados de abril, do economista Armínio Fraga (presidente do Banco central no último governo FHC), desde os EUA, que propôs congelar o mínimo e defendeu nova reforma da Previdência. O salário-mínimo é utilizado como referência para o piso das aposentadorias e de outros benefícios previdenciários e sociais, como o abono salarial, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Bolsa Família.

“Eu acho que precisa de uma reforma grande. Uma boa já seria, provavelmente a mais fácil, congelar o salário-mínimo em termos reais. Seis anos congelados já ajudaria”. Seis anos!

Já em entrevista ao Valor Econômico (5 de maio) o presidente da Confederação Brasileira da Indústria (CNI), Ricardo Alban, chamou de “populistas” a bandeira do fim da escala 6x1, e a medida de isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Sobre o fim da escala de trabalho que esmaga a vida de milhões de trabalhadores, deixou claro: “Qual é a racionalidade disso? Eu tenho plena convicção de que

o capital não vive sem o trabalho. Mas nesse momento no Brasil, falta o quê? ... competitividade... produtividade...”

É a chibata da burguesia brasileira, consciente de sua classe, que vem da Colônia escravocrata e que vive em riste sobre o lombo do trabalhador. É a mesma burguesia que, ligada umbilicalmente ao imperialismo dos EUA, se acovarda diante dos ataques tarifários de Trump.

CLASSE CONTRA CLASSE!

Na mesma entrevista Alban fala de uma missão empresarial que ia aos EUA (no fechamento dessa edição) que, ao invés de retaliar a taxaço, baseado em autorização do Congresso brasileiro inclusive, se acovarda ao anunciar aceitar um sistema de cotas de exportação, em prejuízo da indústria brasileira. É antinacional!

É a essa, fartamente representada nas instituições do país, que quanto mais se cede, mais se

perde.

A saída está nas trincheiras da classe trabalhadora: é classe contra classe! No 1º de maio a exigência do fim da escala 6x1 apareceu em todo país. Um importante recado. Ela dialoga com a bandeira histórica da redução da jornada de trabalho, mas é essa reivindicação que deve ser colocada como prioridade agora. A saber, o apoio concreto à PEC 08/25 de Erika Hilton (PSOL). Para isso se deve avançar na unidade em torno dela, o que não aconteceu nesse 1º de maio, com muitas manifestações espalhadas, por vezes na mesma cidade. Cabe sobretudo à CUT entrar de fato nessa trincheira.

Lula, em seu pronunciamento na data, falou que “Nós vamos aprofundar o debate sobre a redução da jornada...a 6x1. Está na hora do Brasil dar esse passo”. Positivo. É preciso dar os passos práticos.

No Processo de Eleição Direta do PT (PED) - nossa principal batalha no próximo período - a chapa nacional “210 - Virar à Esquerda, Diálogo e Ação Petista”, já inscrita, propõe para o debate com todos os companheiros e companheiras petistas uma plataforma baseada nos 13 pontos (ver pág. 5), que parte da retomada de direitos, de medidas de soberania nacional e das reformas que interessam ao povo.

OS NOSSOS - BENÉ, PRESENTE!



Benedito da Silva Maia - Bené, como era carinhosamente - faleceu em 21 de abril, vítima de problemas cardíacos e outras complicações decorrentes do diabetes.

Ingressou no serviço público em 1983, no antigo Ministério do Planejamento. Foi motorista oficial de diversos ministros.

Filiou-se ao SINDSEP/DF em 1990, logo na fundação. Em 2005 se tornou delegado sindical e em 2007 passou a integrar a diretoria, destacando-se pela firmeza e compromisso com as lutas da classe trabalhadora.

Além de sindicalista, Bené também era militante político, filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 2007, no Diretório Zonal de Ceilândia. Orgulhava-se de pertencer à Corrente O Trabalho do partido.

Participou das inúmeras lutas da classe trabalhadora. Nas greves por reajustes salariais, no combate às contrarreformas administrativa, da previdência e trabalhista, na defesa da democracia contra o impeachment da presidente Dilma e contra o terror bolsonarista. Mais recentemente, já no atual governo, Bené não se furtou a impulsionar a luta contra o arcabouço fiscal.

Uma de suas últimas atividades foi a participação na força-tarefa de servidores que percorreu os gabinetes do Senado, em 20 de fevereiro, para pedir a rejeição da PEC 65/2023, que pretende transformar o Banco Central em pessoa jurídica de direito privado.

O camarada Benedito da Silva Maia, Bené, estará sempre presente em nossa memória.



APOIE NOSSA LUTA!

Assine o jornal
operário há
mais tempo
em circulação!

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura solidária
R\$ 150/ano

ACOMPANHE O TRABALHO: [f](#) [i](#) [@](#) /jornalotrabalho [www https://otrabalho.org.br](https://otrabalho.org.br)

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Diagramação: Paulo Henrique - MTb.: 0001939/AL

Redação: Praça da República, 468 - sala 71 - São Paulo



↳ Rui Falcão no 1 de maio na Av Paulista

Rui Falcão: é preciso romper a submissão ao Congresso

Mudar a correlação de forças com luta social

No processo das eleições internas do PT, Rui Falcão, candidato à presidência nacional do partido com o número 130, defende que o PT precisa ir à esquerda e critica o rumo adotado pela atual cúpula. Ele participou da manifestação do 1º de Maio, na Av. Paulista, convocada pelo movimento Vida Além do Trabalho (VAT), onde reforçou a luta pelo fim da jornada 6x1, pela revogação da reforma trabalhista, da Lei das Terceirizações e contra a regulamentação da "pejotização" pelo STF.

"A pejotização rompe os vínculos trabalhistas, revoga férias, 13º. É preciso acabar com o trabalho precário. Não dá para continuar com essa exploração em que os trabalhadores não têm direito a viver além do trabalho", afirmou.

Não há espaço para diálogo com a extrema-direita

Em entrevista ao podcast Direto de Brasília, Rui apresentou críticas a Edinho Silva, candidato da CNB, por defender uma foto de Lula com Bolsonaro como

símbolo de pacificação. "A polarização não é uma escolha. Ela está dada com a extrema-direita no Brasil e no mundo. Não há espaço para diálogo com essa gente", disse. Rui também criticou a defesa de uma frente ampla contra o fascismo feita sem considerar o apoio histórico da grande capital ao fascismo e ao nazismo. "Partidos que recuaram na Europa deixaram de ser reconhecidos pelo povo. Hoje, muitas vezes a escolha é entre direita e extrema-direita."

Ele também ironizou tentativas de suavizar a imagem de Tarcísio: "Querem apresentar um bolsonarista civilizado. Isso é a quadratura do círculo. Não existe bolsonarista civilizado".

"A embaixada que eu visito é a da Palestina"

Rui questionou ainda o gesto do candidato a presidente da CNB Edinho, ao posar diante da embaixada dos EUA: "Eu sou antiimperialista, anticapitalista, como está no programa do PT desde a origem. A embaixada que eu visito é a

da Palestina, coerente com nosso compromisso com os povos oprimidos. O povo palestino é vítima de uma chacina apoiada pelos EUA e outras potências que usam o governo de Israel como tropa de choque."

O Congresso e a coalizão são conservadores

Sobre o governo federal, Rui lembrou que o programa eleito não era apenas "União e Reconstrução", mas também "Transformação". E destacou: "Partido e governo não se confundem. O PT nasceu para superar essa confusão. O Congresso e a coalizão são conservadores, mas a correlação de forças pode mudar com luta social, não só com negociação. Lula só pôde se eleger de novo porque essa correlação mudou."

Para 2026, Rui defende mudar a agenda e romper com a submissão ao Congresso: "Temos de manter um amplo diálogo com a população para reeleger Lula e transformar o país".

Alexandre Linares

Entrevista com Juanito, candidato a presidente estadual do PT/MG

Em Minas Gerais, o Diálogo e Ação Petista está construindo a chapa Virar à Esquerda para o Processo de Eleição Direta, lançando o companheiro Juanito Vieira candidato a presidente no estado. Filiado ao PT desde 1989, quando tinha 16 anos, Juanito é professor do Colégio de Aplicação da UFFJ e já foi Secretário Geral do sindicato de professores da universidade. Como estudante foi da Executiva Nacional da UNE. Mais recentemente, ele presidiu o PT em Juiz de Fora (2019 a 2023), quando ajudou o partido a conquistar a sua primeira vitória na prefeitura municipal em 2020 e a maioria de votos para Lula em 2022. Ele também integra o Diretório Estadual.

Por que você é candidato a presidente do PT em Minas?

Eu considero fundamental apresentarmos os "13 pontos para virar à esquerda" elaborados pelo DAP para toda a militância no estado. São pontos para recuperar o PT para as lutas e para o enfrentamento à direita e a extrema direita. Em Minas, isso significa enfrentar o governo Zema e todos os elementos, como Nikolas Ferreira ou Cleitinho, mas a maior parte dos dirigentes atuais do partido acham que é possível fazer isso aprofundando acordos com o chamado centrão, com o senador Pacheco e outros, fazendo cada vez mais concessões ao que se chama de "direita democrática". Esse caminho é o

caminho do desastre, porque afasta o PT da sua base social, que é a sua força. O enfrentamento com a extrema direita só pode ser feito por meio de uma ação independente e organizada.

O Partido precisa de uma direção que organize a luta dos trabalhadores, não apenas no parlamento, mas em todos os terrenos, nos locais de trabalho, nas ruas, nas praças e em cada cidade ao lado dos movimentos sociais, sindicatos e organizações populares.

É preciso recuperar, por meio das lutas, o espaço do PT mineiro na consciência do povo e trabalhar por uma candidatura própria em 2026, ao invés de rifar o partido para o "centrão".

A direção do PT, em particular o seu presidente, precisa estar no cotidiano dos diretórios municipais para construir a intervenção direta nas lutas populares.

O atual presidente do partido que é candidato à reeleição, e os demais candidatos que se anunciam são todos deputados. Eu tenho rodado o estado para debater com a militância e muita gente se ressentiu disso, porque é uma situação que acaba subordinando o partido aos interesses dos mandatos.

Além dos 13 pontos, que questões a chapa e a sua candidatura tem defendido para o partido em Minas?

Nossa chapa considera que o PT deve encabeçar a luta contra as privatizações. O Zema tenta privatizar a Cemig, a Copasa, a Codemig. E enquanto não



↳ Juanito (à esquerda) com Rui falcão (centro) e o deputado estadual de MG Betão

consegue, ele vai terceirizando tudo que pode nessas empresas. Além disso ele também tem entregado hospitais e escolas para OSs. O partido precisa se colocar na linha de frente contra isso.

Também temos falado da necessidade de combater a mineração predatória, como as que resultaram nas tragédias de Mariana e Brumadinho, cujas famílias até hoje não foram indenizadas adequadamente. É preciso ainda combater as isenções fiscais a grandes empresas, bem como o trabalho análogo à escravidão. Minas é campeão de trabalho escravo no país! Há outras bandeiras que movem a nossa chapa e a minha

candidatura, nós também apresentamos 13 pontos para virar o Partido à esquerda no estado.

Como está a construção da chapa e da sua campanha?

Estamos avançando bastante. A nossa chapa já tem membros em pelo menos 95 cidades do estado, de todas as regiões. E reunimos o apoio de mais de 500 petistas para inscrever minha candidatura. Temos rodado o estado reunindo militantes das mais diversas origens e áreas de intervenção e o debate tem sido muito produtivo. A militância tem demonstrado disposição pra luta.



CHAPA 210 VIRAR À ESQUERDA!



COM RUI PRESIDENTE - 130

INSCRITA A CHAPA NACIONAL DO DAP

Cumprindo a decisão do último Encontro Nacional de Delegados do DAP Associação, foi inscrita, no dia 02/05, para o Diretório Nacional e Delegados ao Encontro Nacional do PT, a chapa VIRAR À ESQUERDA - DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA, que terá o número 210 nas urnas. Nossa chapa é composta por mais de 800 filiados de 16 estados e dezenas de municípios. Filiados que propõem 13 pontos como resposta à situação difícil que vive o PT e o governo, para outros milhares de filiados que irão às urnas no dia 06 de julho, para escolher que direção será responsável pelos rumos do partido nos próximos quatro anos.

A plataforma da chapa: “13 pontos para virar à esquerda”, foi construída de “baixo para cima” como manda a tradição democrática tão “esquecida” hoje pelo nosso partido. A discussão de centenas de companheiros que, nos últimos meses, se reuniram nos grupos de base do DAP- Associação e que conta hoje, com quase 2 mil adesões e foi aprovada no último Encontro Nacional de delegados do DAP, deram origem à plataforma e aos nomes que compõe a chapa.

Questões tão caras ao povo, como a revogação das reformas trabalhista, da Previdência e da lei das Terceirizações; o fim da escala de trabalho 6x1; a reforma agrária; a revogação do

artigo 142 (GLO); a desmilitarização das polícias; a garantia do aborto legal; a defesa do serviço público e proteção aos entregadores de aplicativos; entre outras. Além da necessidade de uma reforma profunda nas instituições com uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana, são o compromisso necessário que o PT deve fazer com o povo brasileiro.

A campanha só está começando. As chapas estaduais, municipais e zonais também estão inscritas e centenas de companheiros que apoiam os 13 pontos, que inclusive foram base para os textos locais, estão nelas. Os endereços dos locais de votação já estão sendo

divulgados. Agora é pegar as listas nos diretórios, lembrar de todos, telefonar, fazer visitas nas casas, dialogar com os filiados, além de chamar reuniões de chapa e de grupos de base do DAP para organizar a campanha. Apresentando a nossa chapa e os 13 pontos e pedir o voto.

Ainda é possível juntar-se a nós porque podemos ampliar o número de inscritos até o dia 26 de maio – prazo final para alterar/completar os nomes.

Fazemos um chamado a todos que ainda não o fizeram que entrem no site www.petista.org, façam a adesão aos 13 pontos e participe da campanha.

Lili Souza

**SÉRIE 13 PONTOS
VIRAR À ESQUERDA**

**FAÇA SUA ADESÃO
AOS 13 PONTOS**

Aponte a câmera do seu celular para o QrCode ao lado ou acesse <https://tinyurl.com/13Pontos>



REFORMAS QUE INTERESSAM AO POVO: A REFORMA POLÍTICA

Entre os 13 pontos que o DAP apresenta para debate do Processo de Eleições Diretas do PT (PED) desse ano está a reforma do Estado, que deve passar pela luta por uma Assembleia Constituinte exclusiva e soberana com mobilização popular pelas demandas sociais e com uma ampla reforma política.

Vale recuperar a história recente, em particular, as condições em que foi produzida a Constituição de 1988 que, lembremos, não foi exclusiva. Ela foi produzida pelos deputados e senadores eleitos em 1986, num pleito feito pelas regras vigentes, nas quais a maioria do povo era sub-representado e disputado em meio à euforia causada na época pelo Plano Cruzado - que desmoronou dias depois -, mas que permitiu uma extraordinária vitória eleitoral do então PMDB. Este elegeu 22 governadores em

23 possíveis, fez a maioria dentre os 49 senadores eleitos, além 487 deputados federais. Ele foi, portanto, o grande fiador da Constituição concluída dois anos depois.

1988: conservadorismo político

Se a Constituição saída de 1988 integrou avanços fruto da pressão popular, no que se refere à organização política ela foi extremamente conservadora. Nela – além de deixar os militares da ditadura intocados e mantê-los empoderados pela tutela à República no Artigo 142 - foi mantida toda a estrutura política anterior, como o bicameralismo (Senado e Câmara). Ela absorveu toda a legislação eleitoral de 1964 produzida pela ditadura, excluindo apenas os aspectos mais escabrosos, como os tristemente famosos senadores biônicos, as sublegendas

partidárias etc. O reacionário instituto do Senado – com três senadores eleitos por estado, independente da população - foi mantido e, na Câmara dos Deputados, seguiu valendo uma representação dos estados onde o princípio da democracia um cidadão, um voto já era largamente desrespeitado.

Assim, pela regra eleitoral, os estados mais populosos e desenvolvidos, de maior presença e organização operária e popular, permaneceram sub-representados. O resultado foi manter o favorecimento da representação de latifundiários, empresários e banqueiros. Corretamente à época a pequena bancada do PT votou contra o texto geral da Constituição.

Desde 1988, praticamente a cada eleição, são feitas mudanças nas regras eleitorais que chamam de “reforma política”.

O Congresso promove mudanças que, não raro, dificultam a participação popular; mas jamais mexeram no essencial. O resultado tem sido, eleição após eleição, um Congresso cada vez mais reacionário com a multiplicação de ataques a direitos e conquistas democráticas.

As medidas necessárias

Em nossa opinião, na discussão das reformas que interessam ao povo, a reforma política deveria integrar, além do que já foi dito: o fim do reacionário Senado, uma Câmara de Deputados verdadeiramente proporcional a população dos estados, garantia da representação indígena no Congresso, o voto em lista partidária, o fim das emendas parlamentares e o financiamento de campanhas público exclusivo.

Laércio Barbosa

0 1º de maio e os próximos passos da luta

Fortalecer a unidade pelo fim da 6x1 e pelas revogações



↳ Frente da coluna do Diálogo e Ação Petista no 1º de maio na Av. Paulista, com José Genuino e Rui Falcão

A jornada do 1º de maio iniciou com a Marcha a Brasília no dia 29 de abril, que mais uma vez foi precedida de uma “plenária da classe trabalhadora”, que atualizou a pauta incluindo 26 itens na convocatória, mas sem incluir as revogações das reformas trabalhista, previdenciária e da lei das terceirizações, e acabou diluindo os três pontos que convocaram a marcha: a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, o fim da escala 6x1 e a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Se no ano passado foram cerca de 20 mil trabalhadores para exigir a revogação das contrarreformas, neste ano a manifestação não chegou nem perto dos 10 mil que estavam no objetivo da CUT. Reflexo da experiência do ano anterior e que se repetiu esse ano de alteração da pauta via Fórum das Centrais? O presidente Lula recebeu os representantes das Centrais sem um comunicado oficial sobre ações do governo neste dia.

Anúncio de Lula

No anúncio do 1º de maio, dois dias

depois, Lula informou o envio ao congresso do PL de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Sobre o fim da escala 6x1, afirmou: “Nós vamos aprofundar o debate sobre a redução da jornada de trabalho vigente no país, em que o trabalhador passa seis dias no serviço e tem apenas um de descanso. A chamada jornada 6 por 1. Está na hora de o Brasil dar esse passo, ouvindo todos os setores da sociedade, para permitir um equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras.” Lula dá um passo importante com o sinal de apoio do governo a esta pauta.

Os atos de 1º de maio

Os atos pelo país foram realizados com duas direções políticas: uma que buscou organizar a luta pelas reivindicações da classe, como o fim da escala 6x1; e outra puxada pela maioria das centrais com atividades de festas e sorteios de prêmios, de um sindicalismo chapa-branca, que não cobra nenhuma reivindicação ao governo Lula.

O exemplo mais concreto deste fato ocorreu em São Paulo. No ato do

“Campo de Bagatelle”, puxado pela Força Sindical, as falas mal mencionaram reivindicações em uma atividade na qual os presentes esperavam os sorteios e shows. O apoio da CUT no panfleto deste ato foi, além de um erro, o descumprimento das decisões das instâncias da Central. A executiva nacional discutiu que a CUT não iria a atos como este. A CUT-SP chamou um ato recheado de shows de artistas no ABC, apresentando-o como um ato regional. Ou seja, não teve nenhuma decisão de apoio, mas ficou evidente a manobra para permitir que, sem uma decisão para organizar um ato na capital, a porteira para a manobra via Fórum das Centrais ficou aberta. E, além do apoio, contou com a presença do presidente da CUT, Sérgio Nobre, no palanque. É inadmissível que ações como essa continuem sendo frequentes na central à revelia das decisões de instâncias.

Pelo fim da 6x1 na Av. Paulista

O ato em SP que mobilizou pelas reivindicações aconteceu na Avenida Paulista com o VAT (Vida Além do Trabalho), da Intersindical e de sindicatos

CUTistas, além de várias lideranças petistas da capital, como o candidato a presidente do PT Rui Falcão, que assumiu o compromisso pela revogação das reformas da Previdência, trabalhista e da lei das terceirizações e o fim da escala 6x1.

Neste momento a luta contra a pejoitização e contra a decisão do ministro do STF, Gilmar Mendes, pela suspensão das decisões que reconhecem os vínculos trabalhistas de trabalhadores pejoitizados, também são batalhas importantes no próximo período para toda a classe trabalhadora (ver pág. 9).

Os próximos passos a partir das lições do 1º de maio devem ser o fortalecimento da unidade de todos aqueles que querem o fim da escala 6x1. Isto significa exigir a tramitação imediata da PEC que está no Congresso e trata do assunto. Além disso, a continuidade da luta pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da lei das terceirizações, via comitê dos mil sindicalistas, prossegue com ida a Brasília para entregar o manifesto para os Três Poderes.

René Munaro

Greve em SP encerrada, reajuste abaixo da inflação

Unidade dos servidores foi combatida por direções da Educação



↳ Ato regional no Campo Limpo, zona sul de São Paulo

Foram 20 dias de greve dos trabalhadores dos serviços públicos do município de São Paulo em campanha salarial. Sem discussão ou negociação com as categorias o Prefeito Ricardo Nunes (MDB) enviou à Câmara Municipal um projeto de lei (PL 416/2025) com reajuste parcelado entre 2025 e 2026 e atropelou qualquer negociação coletiva com os sindicatos.

Após aprovação em primeira votação dia 22 de abril, o projeto foi obrigado a passar por Audiência Pública, realizada no dia 29. A base governista dos vereadores despejou sua sanha privatista e anti-trabalhador com ofensas, acusando os servidores de “vagabundos” e atacando

o direito de greve. Episódio emblemático foi o da vereadora Cris Monteiro (Novo), ao insultar e se irritar com as intervenções dos servidores, alegando que “uma mulher branca, bonita e rica incomodava”, apontando para mulheres negras presentes. Lembrando que esses mesmos vereadores

res aumentaram em novembro de 2024 seus salários em 37%!

No mesmo dia 29, sob protesto de mais de 15 mil em frente à Câmara, foi aprovada a proposta de Nunes, com reajuste parcelado com 2,60% em maio de 2025, e 2,55% em maio de 2026. Fruto de uma política de privatização do atual governo da cidade de São Paulo, e influenciada pela dificuldade de unidade na mobilização conjunta da totalidade do funcionalismo.

A greve persistiu e dia 6 de maio foi encerrada após acordo com o governo, que garantiu reposição dos dias parados, garantia do reajuste parcelado, mas dentro de 2025, um compromisso de

climatização das unidades de trabalho, ampliação de atendimento para saúde mental dos servidores, entre outros itens.

Unidade necessária contra arrocho salarial

As entidades representantes das categorias, divididas entre um Fórum de Entidades (Sindsep, Aprofem, Simesp, Savim, Amaasp) e uma Coordenação das Entidades da Educação - Coeduc (Sinpeem, Sinesp e Sedin), iniciaram suas campanhas separadamente. Fruto de uma política ativa de divisão capitaneada pelo Coeduc, seus presidentes e parte das direções, as mobilizações aconteceram em meio a acusações entre dirigentes e recusa a movimentação conjunta. Na mesma unidade de trabalho existiam trabalhadores de diferentes categorias que se mobilizaram em locais separados, atos e paralisações em dias separados. O Fórum de Entidades defendeu na construção da campanha a mobilização unificada.

E exemplos não faltaram dessa necessidade. Nas visitas realizadas com trabalhadores de ambos os agrupamentos ficou clara a disposição dos servidores de fazer a movimentação em conjunto.

Um manifesto pela “Unidade para enfrentar Ricardo Nunes” teve boa repercussão. Uma dirigente de um dos sindicatos da educação foi vaiada ao realizar acusações ao outro sindicato por todos os servidores presentes na manifestação conjunta.

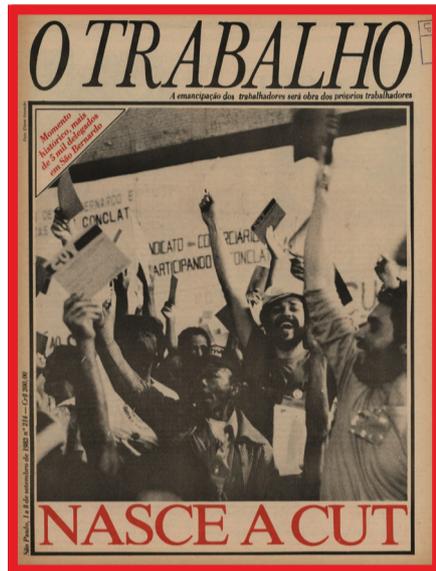
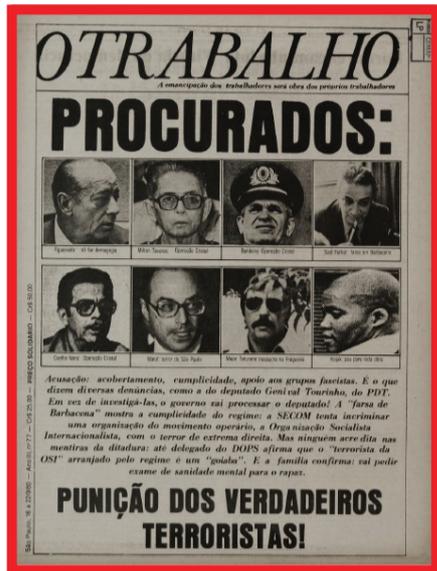
A unidade, ainda que um tanto tardia, acabou sendo imposta em certo nível pela base das categorias. Mobilizações nas regiões passaram a ser realizadas, sendo um bom exemplo o ato regional realizado no Campo Limpo (zona sul). Neste um dos sindicatos da educação produziu material (Sinesp), outro do Fórum organizou o caminhão de som (Sind. Médicos) e participaram servidores diversos que colocaram problemas da região em todos os serviços públicos: desde a privatização das funerárias, passando pelas escolas, unidades básicas de saúde, falta de assistente social, etc. Com problemas levantados em comum, como falta de climatização dos locais de trabalho, falta de apoio à inclusão, saúde mental dos trabalhadores, falta de materiais e alimentação para as escolas, segurança urbana na região, entre outros.

Juliana Salles

Há 47 anos O Trabalho mantém seu compromisso

“Um jornal independente”, dizia o pedido de contribuição para a criação do jornal. Faça uma assinatura!

1º de maio de 1978: a edição zero do jornal O Trabalho, editado pela Organização Socialista Internacionalista (OSI), hoje Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional, foi apresentada ao movimento operário brasileiro. Aos trabalhadores, os principais protagonistas e leitores do jornal.

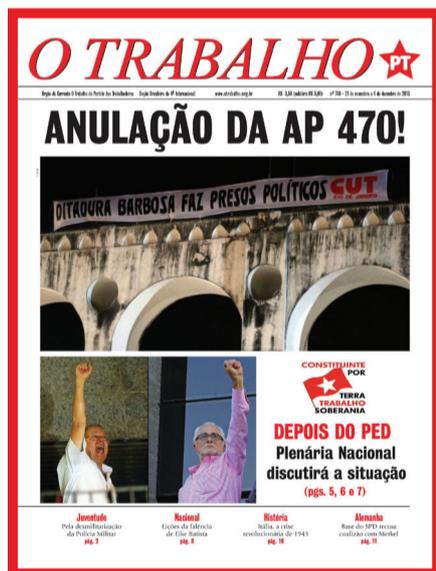


nosso jornal que queremos manter impresso. Não é volta ao passado é o resgate do passado para iluminar nosso futuro. O que hoje expressa-se na necessidade de que o governo Lula mude de rumo. Vire à esquerda e não ouça o canto de sereia da Faria Lima.



e outros, na repressão à greve. Pela anistia geral e irrestrita aos que combateram a ditadura e na denúncia dos ditadores. Foi uma edição com a foto destes criminosos, que levou a polícia a invadir nossa redação na Rua Tupinambás, em São Paulo. Não nos intimidamos, com os golpistas de ontem e de hoje.

Lá estamos e aqui continuamos na defesa da luta e das organizações dos trabalhadores. Combatemos, até contra setores do nosso partido, a ofensiva contra o PT no mensalão e na Lava Jato, defendendo os dirigentes petistas que foram vítimas desta operação orquestrada pela burguesia no país e pelos EUA.



47 anos depois, o compromisso, alicerçado na nossa independência financeira, nos leva a renovar o apelo que fizemos em 1978, no bônus para viabilizar um jornal “independente dos patrões e dos governos”. Renovamos este apelo hoje a todos os nossos leitores: ajudem-nos a manter um jornal independente, contribuindo com a aquisição de uma assinatura.

As dificuldades do movimento operário hoje no Brasil e no mundo atingem também a imprensa operária, da qual, com orgulho, somos no nosso país a mais longeva.

Nestes 47 anos, em periodicidade e formas diferentes não deixamos de editar nossa imprensa, acompanhado e participando da luta da classe trabalhadora. Passou a ser prática corrente no movimento dos trabalhadores e em suas organizações, a distribuição de material grátis, como se “dinheiro caísse do céu”. Sabemos que não cai e sabemos que quem financia “manda na banda”.

Jornal retrata a luta dos trabalhadores nestes 47 anos

Nestas mais de 4 décadas, O Trabalho retratou e impulsionou a luta da nossa classe no Brasil.

Em períodos difíceis da ditadura, não vacilamos em destacar em nossas páginas a luta pela libertação dos presos políticos, como os de Itamaracá, dos sindicalistas do ABC, Lula, Djalma Bom

Seguimos nosso combate lado a lado da classe trabalhadora na luta pelas suas reivindicações e pelo fim da ditadura militar. Abaixo a ditadura! Estampávamos nas nossas edições.

Da luta contra a ditadura à luta pelas organizações da classe

O movimento dos trabalhadores da cidade e do campo, impôs a derrota da ditadura. E neste movimento, dando um passo extraordinário em sua organização independente os trabalhadores fundaram o PT em 1980. Lá estávamos e reportamos esta luta por um PT sem patrões. Na fundação da CUT em 1983, lá estávamos contra a política, capitaneada pelo PCB que era contrário à fundação de uma central sindical independente.

47 anos depois, é a mesma luta que continua

Não é possível relatar todos os momentos nos quais nosso jornal reportou e impulsionou a luta de nossa classe. Esta breve retomada é para buscar o apoio de nossos leitores que nos manteve até aqui, para os desafios que enfrentamos na sustentação de



A classe operária é internacional

Nestes 47 anos reportamos e impulsionamos a luta dos povos contra o imperialismo. Hoje uma luta concentra tudo: a do povo palestino pelo direito à vida, contra o genocídio de Israel. Sempre na defesa do povo palestino, nossas edições, desde o massacre de Sabra e Chatila (1982) e depois em 1987 da primeira Intifada nunca tivemos dúvida de que lado estamos: por um único Estado laico e democrático, do Rio ao Mar!

Campanha de assinaturas para manter nossa independência financeira

Com o domínio do mundo digital, manter a edição impressa não é uma teimosia, é uma concepção. Com papel impresso na mão, a discussão e reflexão entre trabalhadores, permite avançar na luta para organizar da nossa classe.

A campanha vai até o dia 30 de maio. Os custos de gráfica e dos correios, são altos. Mas é isso, impressão e envio aos estados o que permite apresentara edições locais de trabalho, escolas e movimentos. Leitura e discussão coletiva e não o recolhimento individual no mundo digital!

Misa Boito, pelo Comitê de Redação de OT

“Fiz do luto a minha luta”

Ato pede federalização dos crimes de chacinas policiais

Segundo o relatório sobre o uso de câmeras policiais, a violência policial no Brasil é crescente. No estado de São Paulo o crescimento foi de 120% de 2022 até 2024. No Rio de Janeiro, um crescimento de 30%. As vítimas, em sua maioria, são negros, crianças e adolescentes. Esse quadro é nacional. Essa polícia assassina deixa nas famílias desses jovens, feridas que jamais serão curadas. O Estado, conivente, não julga e não pune esses crimes, deixando mães, pais, irmãos e amigos com o gosto amargo da impunidade.

Coletivos como “Mães da Leste”, “Mães da Maré”, “Movimento de Familiares das Vítimas do Massacre em Paraisópolis”, são alguns que se organizam na luta pela justiça por seus filhos, combatendo a violência policial. Foi com esse espírito que o Manifesto pela Federalização das Investigações das Chacinas nasceu. O mesmo terá seu lançamento nacional dia 17 de maio, em São Paulo, no bairro da Brasilândia.

O jornal O Trabalho fez duas perguntas a quatro mães que tiveram seus filhos executados pela polícia: **o que aconteceu com seu filho? Como você vê esse processo de organização do ato de lançamento dia 17 de maio?**

Dona Hilda e Márcia, do movimento Mães da Leste, Bruna Silva, do Movimento Mães da Maré e Dona Deuza, que teve seu filho assassinado no centro de São Paulo, responderam a elas.

Márcia: Renatinho, meu filho, foi abordado por quatro policiais da Força

Tática no dia 18 de março de 2015, às 15:30. Esses policiais, agindo com sede de matar, abordaram meu filho e o levaram. Renatinho foi torturado física e psicologicamente. Eles demoraram 3 horas para levar meu filho para o hospital da região, que eu, com meu próprio carro, levo um minuto. Até hoje o Estado não me respondeu o que esses policiais ficaram fazendo com meu filho. Até hoje o Estado não fez justiça, punindo esses bandidos. São 10 anos de luta. Eu fiz do luto a minha luta. Vejo a organização desse manifesto como uma luta direta contra a violência policial, com muita esperança. É um primeiro passo importante. Entrei de cabeça. Estou com vocês até o fim!

Hilda: A polícia é covarde e violenta. Eles torturaram e mataram meu filho. Sem direito nenhum de defesa. Acho que esse ato é um tapa na cara do governo. É a cobrança que precisa ser feita. O texto está correto. Ajuda na discussão que precisamos fazer e enfrentar.

Bruna: Meu filho Marcos Vinicius foi morto aos 14 anos em uma operação ilegal provocada pela CORE-RJ (Coordenadoria de Recursos Especiais). Marcos foi morto quando voltava da escola, ainda de uniforme. Quando cheguei na UPA, meu filho me fez a pergunta: “mãe, eles não viram que eu estava de uniforme? Por que eles atiraram em mim?” A polícia, além de matar meu filho, negou a ele o direito



↳ Jovem aos prantos pela morte do irmão pela polícia em Salvador em 2022

à ambulância. Eu acredito na justiça das mães, dos familiares, daqueles que lutam, como o ato do dia 17. O que seria desse país sem a luta popular? Cada vez mais é nós por nós.

Deuza: Eu sou tia e mãe do Thiago Gomes, assassinado, covardemente, com 19 anos, por 3 policiais a 500 metros de casa. Eu tenho vários vídeos deles passando armas para mão do meu filho e chutando ele no chão. Deixaram ele 30 minutos agonizando no chão, com a população assistindo sem deixar com que pudessem socorrê-lo. Meu filho tinha feito inscrição para a faculdade um dia antes de ser arrancado da família. Tinha tirado a carta

de motorista para trabalhar de Uber.

Nesses quatro casos, assim como em vários pelo país, o que vemos é que a impunidade e a crueldade são o centro comum. É por isso que o Manifesto pela Federalização das Investigações das Chacinas exige do governo Lula uma resposta à violência policial crescente. O ato dia 17 de maio é um passo na luta, que continuará, como disse um dos membros da comissão de organização, Dr. Júlio, pai de Marco Aurélio, assassinado pela polícia no dia 20 de novembro de 2024: “o que estamos começando não é somente um dia de luta. É uma cruzada contra o Estado”.



↳ Alexandre Ramagem sorridente após suspensão da Ação Penal

“Base” do governo Lula a favor da anistia

Ação Penal suspensa

No dia 14 de abril o partido de Bolsonaro protocolou a urgência do PL da Anistia, que pretende perdoar todas as pessoas que participaram da tentativa de golpe de Estado do dia 8 de janeiro. Os maiores beneficiários, claro, seriam Bolsonaro e os militares que com ele foram tornados réus pelo STF.

O pedido conseguiu 262 assinaturas de deputados, mais da metade da Câmara, o que seria suficiente para aprovar o Projeto de Lei. Que o Congresso

Nacional está lotado de reacionários, não é novidade. O que impressiona é que mais da metade das assinaturas válidas são de partidos que compõem o governo Lula e forma sua “base”. 40 são do União Brasil, que tem os Ministérios das Comunicações e Turismo e Desenvolvimento Regional, 23 são do PSD, que tem o Ministério da Agricultura e Minas e Energia e 20 são do MDB, que comanda o Ministério das Cidades.

O mal-estar do governo ficou evidente.

Ele passou a se movimentar para que os partidos que compõem o governo fizessem seus deputados retirarem sua assinatura do projeto. O que não deu em nada. O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), que é ninguém menos que o líder do governo Lula no Congresso, disse: “É aceitável o debate de atenuar a pena”, segundo ele, daqueles que “involuntariamente” participaram da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Será possível que o governo esteja disposto a ceder até aí?

Deputados votam a suspensão da ação penal contra Ramagem

Como era previsível, quanto mais o governo cede, mais o centrão avança. Não satisfeitos, os deputados aprovaram no dia 7 de maio, por 315 votos contra 143, a suspensão da Ação Penal contida na Petição 12.100, em curso no STF. A ação penal que tornou réus Bolsonaro, Alexandre Ramagem e os comandantes militantes.

Na defesa da aprovação, de autoria do deputado Alfredo Gaspar (União-AL), lê-se “sustado o andamento da Ação Penal contida na Petição 12.100, em curso no STF, em relação a todos os crimes imputados”. Ou seja, seu desejo não era apenas suspender o processo contra Alexandre Ramagem, chefe da Abin na época de Bolsonaro e agora deputado federal, mas contra todos os citados. Embora o STF já tenha se pronunciado

em ofício que considera ilegal o procedimento, pois a legislação só autorizaria decisão do Congresso sobre o deputado.

Até quando?

Sabemos em troca de que União Brasil, PSD, MDB e outros decidiram compor o governo. Eles usam o comando dos Ministérios para, em jogo casado com as volumosas emendas parlamentares, comprar apoio eleitoral país afora e se perpetuar no poder. Não compartilham em nada das aspirações populares que elegeram Lula em 2022. A afinidade deles é com Bolsonaro. Ambos servem aos interesses do agronegócio, das multinacionais e dos especuladores da Faria Lima. Eles são rápidos para votar a anistia aos golpistas e demoram meses para analisar a Reforma do Imposto de Renda e a PEC do fim da escala 6x1.

A questão que fica é até quando o governo ficará entregue a essa situação? Seguir nesse caminho nos levará à ruína, fazendo um governo que não atende aqueles que o elegeram. É o que está na raiz da queda de popularidade de Lula nos últimos meses. Os fatos nas últimas semanas mostram que a única saída é virar à esquerda, romper com o centrão e, apoiado nas forças populares, implementar um programa que vá de encontro com as necessidades da maioria do povo oprimido.

Cristiano Junta



Não à pejetização! Em defesa do registro em carteira!

STF ameaça o vínculo empregatício e os direitos trabalhistas

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu em 14 de abril suspender todos os processos em curso no Brasil que tratam de reclamações trabalhistas exigindo vínculo empregatício em situações chamadas de "pejetização". A suspensão não tem prazo, e quem espera anos para ver seus direitos ressarcidos pela Justiça vai esperar mais, ou até ver tudo ir para o ralo. Os processos vão parar até que o STF julgue um caso cuja decisão valerá como de "repercussão geral" – ou seja, decisão a ser seguida por todas as instâncias judiciais. É uma enorme ameaça aos direitos trabalhistas no Brasil, que exige uma resposta firme do movimento operário e de suas organizações!

A nova palavra "pejetização" descreve a seguinte situação: em vez de fazer o registro em carteira do funcionário, o empregador o obriga a abrir uma empresa no papel – chamada

de "pessoa jurídica" (PJ) – e faz um contrato de prestação de serviços com a pessoa. É uma fraude contra o trabalhador.

Terceirização

Essa situação já existe em pequena escala há uns 30 anos, em categorias como jornalistas e médicos. Começou com profissionais que recebiam altos salários (como forma irregular de sonegar imposto de renda) e, aos poucos, foi se espalhando para os salários mais baixos. A Lei da Terceirização, de 2017, uma das contrarreformas do golpista Temer, abriu uma brecha pela qual a "pejetização" ganhou força. Isso porque, com ela, os patrões passaram a poder contratar "terceiros" para as "atividades fins" das empresas. Em outras palavras, a lei passou a permitir que hospitais contratem uma empresa prestadora de serviços médicos, e uma revista, de serviços jornalísticos.

Há, porém, um detalhe importante: no caso da terceirização, o profissional prestador de serviço tem de ser registrado em carteira – no caso, pela empresa que presta o serviço. O pulo do gato (ou do gatuno) no caso da "pejetização" é que o PJ é uma empresa de uma pessoa só. O objetivo é driblar o vínculo empregatício.

Vínculo empregatício

Pelas leis no Brasil, qualquer empregador tem que registrar em carteira de trabalho a contratação de um funcionário. Não é opcional, é obrigatório. As leis determinam de forma precisa que um trabalhador é considerado empregado quando existem quatro condições: habitualidade no trabalho (o mais comum é diário, mas não é a única forma), subordinação a um chefe ou ao patrão, personalidade (é a pessoa quem presta aquele serviço) e remuneração.

Quando uma empresa não faz o registro e a pessoa entra com uma ação na Justiça do Trabalho, precisa apresentar provas das irregularidades. A Justiça do Trabalho tem de decidir com base na situação concreta apurada, na vida real. A existência de um contrato entre as partes, no caso da "pejetização", não muda a realidade das condições do vínculo, nem anula a necessidade de registro em carteira do empregado. O patrão é o lado forte na relação de trabalho, e pode impor, pela força econômica, condições degradantes ao trabalhador. E o assalariado, independentemente de remuneração ou grau de instrução, vive do salário mensal e precisa do trabalho.

STF de "repercussão geral", a "pejetização" legalizada passa a ameaçar o registro em carteira em todo o país, e a contratação formal de trabalhadores pode virar letra morta.

A ameaça é gravíssima: sem o registro em carteira, um contrato de "prestação de serviços" individualizado pode acabar com a jornada de trabalho, o descanso semanal, férias, o 13º, o FGTS e o recolhimento para a Previdência. Nem o salário mínimo precisaria ser respeitado, pois se trata de um contrato entre duas "empresas".

Luta de classes

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que agrupa sindicatos que lutam contra a "pejetização" há décadas, enviou em 28 de abril uma mensagem à CUT e às demais entidades do movimento sindical alertando para o perigo dessa situação e propondo uma mobilização nacional em defesa do vínculo empregatício. Sugere também que a bandeira "Não à pejetização" seja incorporada no conjunto das mobilizações sindicais.

A experiência mostra a importância de manter organizados nos sindicatos os trabalhadores "pejetizados". Sem poder representar legalmente esses trabalhadores (a não ser com ações por vínculo empregatício), as entidades sindicais podem continuar a representá-los na luta direta, sempre exigindo das empresas a sua contratação. Há diversos exemplos de organização coletiva de "pejetizados", de negociações sindicais em nome deles com as empresas e até de greves desses trabalhadores contra atraso em seus



↳ Pleno do STF

STF inimigo do povo

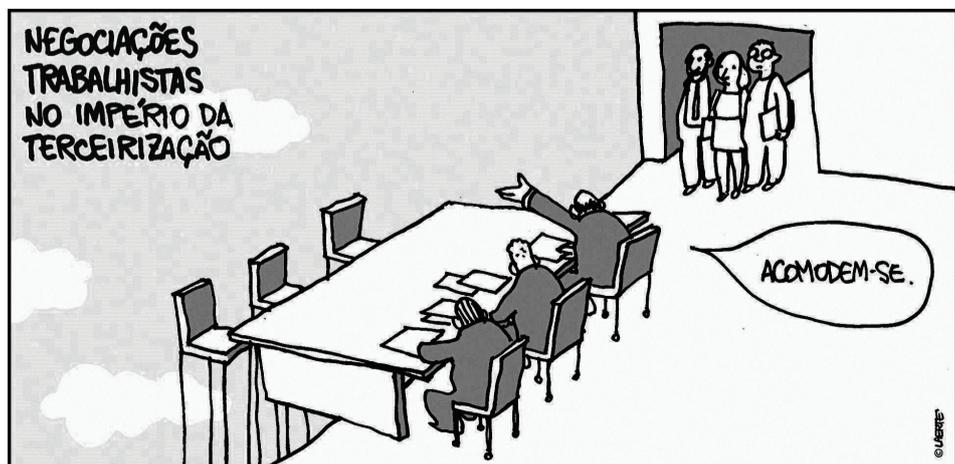
Por isso, tem sido comum trabalhadores pejetizados conseguirem provar o vínculo empregatício na Justiça. Nos últimos meses, porém, empresas derrotadas judicialmente fizeram "reclamações constitucionais" no Supremo Tribunal Federal (STF) e conseguiram anular sentenças da Justiça do Trabalho. Ministros como Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e André Mendonça anularam de forma sumária decisões argumentando simplesmente que a terceirização é lícita (jogando no lixo o processo inteiro, as provas colhidas e o mérito julgado). Se esse entendimento prevalecer na decisão do

pagamentos.

A batalha, porém, só pode ser ganha com a mobilização nacional das entidades sindicais. Aqui, o papel da CUT é fundamental para divulgar a amplitude dessa ameaça, sensibilizar as entidades e, ao mesmo tempo, pressionar diretamente o STF. O governo Lula também precisa se posicionar.

É necessário dizer claramente para a cúpula do Judiciário brasileiro: "Não aceitamos a pejetização! Não aceitaremos qualquer decisão que ameace a existência do vínculo empregatício, ao qual estão vinculados todos os direitos dos trabalhadores brasileiros!"

Paulo Zocchi



Solidariedade com o povo do Haiti!

Organizações de luta denunciam “descida ao inferno”



Hector Renaud/AFP

↳ Polícia atirando contra manifestantes no Haiti

Em 30 de abril foi lançado um chamado de solidariedade ao movimento operário e democrático internacional por parte de organizações de luta do povo haitiano, do qual publicamos os trechos abaixo:

“Ao longo dos últimos dois meses a situação no Haiti é de uma violência odiosa e cruel perpetrada pelas gangues armadas e tropas paramilitares do imperialismo estadunidense e da extrema-direita haitiana...

No mês de março passado, operários, trabalhadores e organizações populares participaram de um protesto organizado

pelo Comitê de Luta Operária e dos Trabalhadores (K-LOT), coalizão que representa diversas organizações sindicais, para exigir do Conselho Presidencial de Transição (CPT) o aumento do salário mínimo para 2.500 gourdes (cerca de 110 reais ou 20 dólares, NDT), pois não se pode sobreviver com 800 gourdes diários, salário de miséria imposto pelos patrões e as instituições...

Mais de um milhão de pessoas dormem nas ruas, em abrigos públicos ou escolas, pois fugiram de suas residências sob a pressão de terroristas que as invadiram...

Portos e fronteiras estão fechados bloqueando a importação de alimentos, a inflação atinge 28% e cada ataque das gangues armadas registra perdas consideráveis para as massas que são vítimas de uma verdadeira descida ao inferno imposta pelo Estado, seus aliados imperialistas como a França e os EUA, e a coalizão das gangues armadas.

Além disso a França se recusa a restituir a importante soma arrancada da jovem república do Haiti no passado, um resgate de 150 milhões de francos-ouro, pela sua audácia em haver quebrado as cadeias da escravidão em 18 de novembro de 1803.

A solução dada pela ONU de enviar tropas armadas só empurra todo o país para uma espiral infernal e um caos indescritível. A classe capitalista no Haiti, sob a dominação política das potências imperialistas, destrói qualquer espaço para estabelecer um verdadeiro regime democrático...

Por tudo isso exigimos:

- Fim à remessa de armas e munições para as gangues;
- Não à guerra social;
- Não ao armamento de jovens pelas gangues!
- Não à presença das forças multinacionais no Haiti!;
- Não à exploração dos recursos

minerais no nordeste do país pelas grandes empresas imperialistas estadunidenses e canadenses!

- Não ao aumento das tarifas alfandegárias de 10% da administração Trump-Vance ao Haiti!
- Neste ano de 2025 que marca o bicentenário do resgate, exigimos da França a restituição das somas extorquidas da jovem república do Haiti;
- Não à política racista de Luiz Abinader, presidente da República Dominicana, respeito dos direitos humanos dos imigrantes haitianos, fim da repressão!

Pedimos a vocês que deem conhecimento da situação terrível que vivem os trabalhadores e o povo haitianos e que expressem a sua solidariedade nas formas que lhes sejam convenientes, para nos ajudar a continuar lutando.

MOLEGHAF, Movimento pela Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade,
CNOHA, Central Nacional de Operários Haitianos
LOTE, Liga Operária e dos Trabalhadores Independente”

Equador, após as eleições agrupar a resistência contra Noboa

No dia 13 de abril ocorreu o segundo das eleições no Equador entre o candidato e atual presidente Daniel Noboa, da Ação Democrática Nacional (ADN), e Luísa Gonzales, da Revolução Cidadã (RC), do ex-presidente Rafael Correa. O Equador é um país com 18 milhões de habitantes. O resultado oficial teria sido de 55% dos votos para Noboa contra 44% para Luísa, que não reconheceu os resultados e apontou diversas fraudes: “O Equador vive uma ditadura, e hoje vivemos a fraude mais grotesca da história do país... pediremos a recontagem dos votos e reabertura das urnas”.

Mas no interior da RC uma maioria de deputados eleitos e atuais prefeitos se inclina a aceitar a fraude e não chamar a mobilização. O governo Lula reconheceu Noboa imediatamente. A presidente do México, Claudia Sheinbaum não reconheceu o resultado e citou as denúncias de fraude eleitoral.

Noboa e seu regime

Daniel Noboa é um milionário e representante direto dos capitalistas. Seu governo multiplicou ataques às

demandas do povo, eliminou os subsídios aos combustíveis, aumentou impostos e a violência policial e militar. Ao não vencer o primeiro turno - visto como derrota em função do seu controle absoluto do Estado -, além de ilegalmente não se afastar da presidência, decretou estado de exceção na capital Quito e em outras sete províncias. Colocou tropas militares nas ruas, lançou medidas para proibir reuniões, permitir à polícia invadir residências. Locais de votação foram mudados sem aviso prévio, foram distribuídos ajudas e bônus financeiros para idosos e outros grupos e, no dia da eleição, militares entravam nas mesas de votação para intimidar adversários do regime.

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) foi acusado de ter manipulado e desequilibrado a contagem dando mais 300.000 votos a favor de Noboa. Significaria que nenhum dos que votaram no primeiro turno no partido indígena Pachakutik, no Partido Socialista ou no Centro Democrático, que declararam apoio a Luísa, teriam votado nela.



↳ Luísa Gonzales e Daniel Noboa

Expressão de resistência

Nas urnas a votação em Luísa da RC (43,86% no 1º Turno), expressou um movimento de resistência profundo, apesar de todos os obstáculos, base para construir uma política antiimperialista. A campanha da RC foi marcada pelo lema: “Reviver o Equador e reconstruir” o que foi destruído pelos três governos “neoliberais anteriores”, com propostas sociais, melhorar o orçamento para educação e saúde, combater a insegurança, proteger o trabalhador, criar mais empregos, proteger a seguridade social.

Entretanto, a luta contra a perseguição (lawfare) ao dirigente da RC e ex-vice-presidente Jorge Glas, objeto de uma campanha nacional e internacional, não foi integrada na campanha.

Mas a campanha agrupou amplamente vários setores em torno de uma plataforma de reivindicações populares e indígenas. Como escreveu dias antes do segundo turno o comunicado do comitê equatoriano de Unidad-CILE: “Nos organizemos em comitês unitários de mobilização para vencer Noboa com Luísa presidente e para seguir na luta pelos nossos direitos”. Em todas as pesquisas se revelava o crescimento do apoio e a vitória à candidata da RC. A luta segue agora para defender a recontagem dos votos e a democracia, o que pode permitir agrupar amplamente desde o interior da RC um polo de resistência baseado nas reivindicações do povo trabalhador e na candidatura de Luísa presidente.

Everaldo Andrade

Em defesa do direito à migração!

A soberania das nações do continente em questão



↳ Megaprisão em El Salvador onde deportados americanos estão detidos

Em meio a uma onda brutal de perseguições e deportações, principalmente de latino-americanos, pelo presidente Trump, foi publicada no último 1º de Maio a Convocatória da Conferência Continental em Defesa do Direito à Migração (ver box), a ser realizada em setembro, na cidade do México.

Até o momento, não houve reação concreta dos governos cujos povos são humilhados pela forma com que seus emigrados são rebaixados a parasitas e até “narco-terroristas”, quando são parte da classe trabalhadora dos EUA, mesmo os indocumentados que são atemorizados para aceitar condições piores de trabalho.

A 9ª Cúpula da CELAC, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, em Honduras, há um mês,

teria sido o momento de discutir uma ação, especialmente entre os governos “progressistas”, como Sheibaun, Lula, Petro e Maduro. Houve discursos indignados aqui e acolá, nenhuma medida prática comum foi proposta na Declaração Final.

Tudo se passa como se cada um tentasse negociar por separado com os Estados Unidos – mediando os interesses diferentes das respectivas classes dominantes -, mas o provável é serem todos mais ou menos derrotados, em prejuízo do interesses comum dos trabalhadores e povos.

A luta pelo direito à migração não é nova. Reconhecido hoje como um direito humano, na verdade, é uma das bandeiras fundadoras do movimento operário. A Associação Internacional

dos Trabalhadores, a primeira Internacional fundada em 1864 em Londres, reunindo várias correntes com Karl Marx como um dos principais dirigentes, já propugnava pelo direito à migração.

Capital X Trabalho

No século seguinte, o capital conquistou uma mobilidade crescente, no quadro do chamado “livre-comércio”, enquanto que os trabalhadores têm esse direito manipulado: às vezes não podem emigrar, outras vezes o imigrante não pode ficar no país para onde escolheu migrar para sobreviver ou, ainda, não o deixam retornar. Tudo conforme as conveniências dos capitalistas e dos governos de plantão. Emigrante, imigrante ou retornado, deve ter o livre direito à migração.

Luta Anti-imperialista

Nessas condições, lideranças sindicais, políticas, intelectuais e parlamentares de 10 novos países deram uma primeira resposta à proposta feita originalmente no México, em um Encontro Nacional, em 22 de Março. O país foi o mais frontalmente atingido pelas medidas de Trump. A Convocatória da Conferência em setembro, que será autofinanciada pelas delegações, continua aberta a adesões, sob a responsabilidade do Comitê Promotor dos iniciadores mexicanos da iniciativa, no correio eletrônico: confeconti.2025@gmail.com

Na América Latina e Caribe, o imperialismo dos EUA sempre foi o principal fator da emigração, seja quando apelou a um exército industrial de reserva (mão de obra barata), também liberada pelos tratados de livre comércio que jogam trabalhadores e nações na miséria, seja quando armou e alimentou as gangues e o narcotráfico que desloca populações inteiras, seja quando aplicou bloqueios e sanções tornando a vida muito difícil (Cuba e Venezuela).

É, portanto, um fator de defesa da soberania das nações do continente a defesa da migração, em particular dos trabalhadores migrantes, quando Trump quer deportá-los fazendo-os retornar aos milhões – para o Brasil ele deportou 600 em três meses de mandato, o dobro do primeiro semestre do ano passado. Isso cria um problema social gravíssimo nestas nações, onde a emigração foi uma válvula de escape para a miséria produzida pela ordem imperialista decadente. O enfrentamento, como se vê, incumbe aos trabalhadores e aos povos, e a Conferência Continental de setembro representa um agrupamento na boa direção.

Markus Sokol

Convocatória da Conferência de setembro no México (trechos)

“Trump anuncia medidas contra os direitos dos trabalhadores, incluindo aqueles em seu próprio país: deportações de migrantes, demissões no setor público dos EUA, etc. Para conter o fluxo de migrantes e expulsar todos aqueles que considera ilegais, o governo dos EUA enviou milhares de soldados para a fronteira com o México; adotou a medida bárbara. Contudo, tudo isso não é suficiente para o governo Trump.”

“A migração para os EUA se deve às péssimas condições de vida prevalentes nos países de origem, condições causadas pelas chamadas medidas de ajuste estrutural impostas por Washington e pelos acordos de livre comércio (USMCA, CAFTA, etc.), que devem ser abolidos.”

“Chamamos à organização de uma Conferência Continental

sobre o Direito à Migração e pela Soberania Nacional, em setembro deste ano, com a participação de organizações de migrantes, aposentados e estudantes, organizações trabalhistas e políticas, e defensores da soberania nacional. Esta conferência analisará a seriedade das medidas que o governo dos EUA pretende implementar e contribuir para a defesa dos interesses dos povos trabalhadores e da soberania das nações.”

ADESÕES POR ORDEM ALFABÉTICA DOS PAÍSES:

BRASIL: José Genoíno, ex-presidente do PT; Luiz Eduardo Greenhalgh, fundador do PT, advogado; Romênio Pereira, secretário de Relações Internacionais do PT; Markus Sokol, membro da Executiva Nacional

do PT; Deyvid Bacelar, coordenador da Federação Unitária dos Trabalhadores do Petróleo (FUP); Sergio Ronaldo, secretário da Confederação Democrática Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef); Antonio Lisboa, Secretário de Relações Internacionais da CUT, a título pessoal; René Munaro, membro da Executiva Nacional da CUT; Juliana Salles, membro da Executiva da CUT; Julio Turra, assessor da CUT.

CHILE: Luis Mesina, Secretário da Confederação Bancária. **COLÔMBIA:** José Arnulfo Bayona, procurador da Associação Nacional de Educadores Aposentados (ANEP); Ricardo Sánchez Ángel, diretor do Instituto para o Desenvolvimento da Democracia; Luis Carlos Galán, dirigente

socialista; Herney Hocoro, pintor.

GUADALUPE: Maité Hubert-M'Toumo, secretária da União Geral dos Trabalhadores de Guadalupe (UGTG).

HAITI: Movimento Nacional pela Liberdade e a Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade (Moleghaf); Jones Jean Baptiste, secretário da Lig'Ouvriyeak-Travayè Endepandan (LOTE).

NICARAGUA: Mónica Baltodano, nicaraguense exilada na Costa Rica.

PANAMÁ: Professores Agustín Castillo Rodríguez, Roberto González Peñalba.

PERU: Arturo Reaño Tapia, secretário de Organização da CGTP-Lambayeque; Carlos

Aguilar Guzmán, dirigente da Federação dos Trabalhadores de Ancash; Erwin Salazar Vázquez, membro do Conselho Nacional da CGTP

VENEZUELA: Nelson Herrera Pérez, coordenador do Sindicato Nacional de Trabalhadores de Habitação (Sintravisep); professor Jorge Forero Coronel, pesquisador do CIEF; Luis Valles, secretária da Federação Nacional Bolivariana da Indústria da Construção (Fenacts); Raúl Ordóñez, presidente da Federação dos Sindicatos de Empresas Hidrológicas (Fedesimhidroven), ex constituinte; Marcos Rondón, coordenador da CREDAHO; Adelmo Becerra, secretário da seção Capital do Sintranceis; César Simón Hernández Madrid, Movimento Bloque Histórico Nacional

A "solução" dos dois Estados é um instrumento para normalizar o apartheid e o genocídio

Por Awad Abdel Fattah, coordenador da Campanha por um Estado Democrático Único e ex-secretário geral da Liga Democrática Nacional, partido palestino do interior.



I.O. - Qual é a verdadeira intenção dos países que falam sobre a "solução de dois Estados" e prometem reconhecer um Estado palestino em

breve, o que provocou a ira histórica da coalizão sionista no poder? Devemos acreditar no que esses países dizem sobre a necessidade de uma "solução de dois Estados", quando eles se recusam ou afirmam ser incapazes de impedir o genocídio sionista na Faixa de Gaza?

Talvez o retorno das declarações sobre um Estado palestino seja um indício de uma consciência da conclusão lógica de que não há outra saída para esse conflito colonial a não ser uma solução política, qualquer que seja sua justiça. Mas não é uma consciência real e sincera, nada mais é do que um disfarce para a continuação do massacre sionista.

Não é necessário mobilizar exércitos gigantescos para forçar Israel a pôr fim aos crimes mais hediondos da história. Tudo o que é necessário para acabar com a guerra é uma decisão internacional e a iniciativa de cada país, estrangeiro, árabe ou islâmico, de parar de vender armas, suspender os acordos de normalização e tomar medidas punitivas contra o autor do crime de genocídio de acordo com a lei internacional. Quem não consegue parar um massacre humano de uma brutalidade sem precedentes está pronto ou disposto a avançar no sentido de impor uma solução política a Israel?...

Estamos falando dos governos ocidentais que são aliados de Israel e apoiam sua guerra genocida contra o povo palestino, como os EUA, a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha, assim como vários regimes árabes que se

transformaram em colônias israelenses por sua própria vontade. ...

Foram eles que encobriram os crimes de Israel nas últimas décadas, que lhe garantiram imunidade permanente e que indiretamente abriram caminho, por meio de seu apoio e cumplicidade, para o ataque de 7 de outubro e para o genocídio que se seguiu, que só pode ser entendido no contexto do encobrimento de 75 anos de criminalidade. É por isso que seus povos estão se revoltando contra a aliança de seus governos com o regime sionista genocida.

O slogan "solução de dois Estados" há muito tempo se tornou um clichê vazio.

E esse slogan é ainda mais nauseante quando vem de governos que são cúmplices da cabeça aos pés do crime de genocídio, que são hostis à África do Sul por sua posição ética clara e que estão processando o tribunal internacional que efetivamente reconheceu Israel como uma entidade fora da lei. Esses países se contentam com declarações respeitadas, sabendo que Israel havia retirado a solução de dois Estados, mesmo em sua forma mutilada e verbal, de sua agenda antes do ataque de 7 de outubro.

Antes disso, o regime saudita estava prestes a assinar um acordo de normalização com Israel, com a intermediação do imperialismo dos EUA, para completar o chamado acordo de Abraão, que colocava os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein e o Marrocos sob a influência direta de Israel, mas o ataque do Hamas espalhou todas as cartas e interrompeu o plano estadunidense-sionista. Esse plano consistia em retirar a questão da Palestina da agenda internacional.

Após o 7 de outubro, foi o Reino da Arábia Saudita que tomou a iniciativa de formar uma coalizão internacional



de 83 países para reintroduzir a "solução de dois Estados". Isso não foi feito por um senso de responsabilidade nacional, religiosa ou humanitária, mas apenas porque a questão da Palestina se tornou uma questão de segurança e um fator de instabilidade.

Por que a reintrodução da solução de dois Estados é uma ilusão e apenas reproduz um desastre? Há quatro motivos:

- A proposta não fala do que é um Estado, de sua soberania, de suas fronteiras e sua independência, mas sim de uma entidade difusa, desprovida de qualquer sinal de soberania;

- não menciona um calendário de implementação;

- não se fala em adotar um mecanismo para a implementação da solução, ou seja, um mecanismo de pressão econômica, diplomática e jurídica internacional real sobre um Estado pária brutal (de Israel);

- a solução de dois Estados é injusta para o povo palestino e não faz justiça ao seu direito à autodeterminação em todas as suas componentes.

A reprodução do mito da solução de dois Estados significa normalizar o sistema de apartheid e genocídio.

Desde o desastre dos Acordos de Oslo, a explosão da segunda Intifada e a revelação da fraude israelense, as vozes contra a "solução de dois Estados" se multiplicaram, inclusive as de antigos dirigentes, intelectuais, acadêmicos, militantes e outros, a partir da conclusão de que Israel é um projeto colonialista, semelhante aos projetos colonialistas do Ocidente, cuja estrutura é incompatível com qualquer compromisso com os povos originários. Uma grande parte dos palestinos acreditava que era possível chegar a um acordo com Israel, um compromisso

que havia sido testado no acordo de Oslo, cujas consequências catastróficas para o projeto de libertação palestino se seguiram nos planos material, político e moral.

Há duas direções ou opções, provavelmente sem um terceiro caminho, que permitiriam frear o curso rumo à normalização da situação e abrir um horizonte real de libertação.

A primeira é anunciar um programa que exija o direito à autodeterminação do povo palestino em suas componentes: a Cisjordânia, Gaza e Jerusalém, os refugiados e a diáspora, e os palestinos nos territórios de 1948 (direito ao retorno). Com base nesse programa, conveniona-se lançar uma campanha internacional, popular e oficial palestina... pressionando pelo fim do genocídio, pela derrota do plano criminoso de expulsão em Gaza, pela reconstrução o mais rápido possível, pelo fim e a remoção dos assentamentos e postos de controle na Cisjordânia e em Jerusalém, pela libertação dos prisioneiros e pelo fim de todas as formas de repressão, opressão e perseguição. (...)

A segunda é fazer campanha pelo desmantelamento do sistema colonial de apartheid entre o rio e o mar e pelo estabelecimento da justiça e da coexistência entre palestinos e israelenses em um sistema democrático e igualitário. Um único estado democrático.

Crise em Israel

Mas Israel, apesar de seu poder militar excedente e do alinhamento do Ocidente colonialista ao seu lado, já tendo sofrido transformações internas radicais, está passando por uma crise sem precedentes, que terá implicações profundas a médio e longo prazo.

Um regime racista, colonialista e ultraviolento que abriga contradições fundamentais, rejeita qualquer forma de reconciliação com a população autóctone e é estruturalmente hostil à igualdade, à paz e à justiça, não pode escapar da responsabilidade oficial e popular internacional, nem ao colapso interno, o que pode levar menos tempo do que décadas. Israel perdeu sua imagem moral aos olhos do Ocidente e de seus povos, e amplos setores desses povos se revoltaram contra ele. Não é mais o autodenominado oásis democrático que foi pintado nas mentes do Ocidente e na consciência das gerações judaicas mais jovens, nem é a vítima que merece simpatia. Como resultado, grande parte da opinião mundial, árabe e muçulmana está pronta para se afastar do regime racista e aceitar uma fórmula humana e igualitária na Palestina.

Isso depende da reestruturação do movimento nacional palestino, de uma estratégia de ação e mobilização e do desenvolvimento de uma linguagem e de um discurso modernos de libertação, em vez de conceitos antigos que impedem a expansão e a influência da opinião pública mundial. Não há alternativa à adoção de um projeto de libertação democrático e humano, no qual as novas gerações, as mais conscientes e mais compreensivas das mudanças que estão ocorrendo na sociedade humana, têm um papel de primeiro plano.

Publicado no jornal francês "Informations Ouvrières" 855 (Trechos)